

Trauma extremo, o colapso da civilização e as conseqüências de longo prazo para indivíduos e sociedades*

Werner Bohleber**

Em *O mal-estar na civilização* Sigmund Freud descreve como a civilização humana se desenvolve impondo restrições à libido e à agressão. Trata-se de um processo deflagrado pela geração de sentimentos de culpa sujeitos a um reforço que cresce de acordo com o progresso da civilização, e que se faz acompanhar do confisco da felicidade individual. Dentro desse processo, a inclinação humana para a agressão representa uma ameaça particular. A civilização deve, portanto, mobilizar tudo o que for possível para contê-la, procurando fazê-lo principalmente mediante a identificação com os outros e o estabelecimento de relações de intimidade. No entanto, se essas barreiras são derrubadas, a agressão desmascara a humanidade, revelando a besta-fera que nela reside. Freud aponta os horrores da história até a Primeira Guerra Mundial como evidência da existência factual desse conceito e da presença de uma pulsão destrutiva. A questão fatal para a espécie humana parece ser se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação da vida em comunidade causada pela pulsão humana para a agressão e a autodestruição. Além disso, Freud adverte que a humanidade avançou a ponto de “não ter dificuldade em exterminar um ao outro até o último homem” (1930/1962, p. 145). Isso, ele observa, ajuda em grande medida a explicar a inquietação, a infelicidade e o sentimento de ansiedade dos seres humanos.

Entretanto, ele não comenta como as pessoas continuarão sendo moldadas pelos efeitos traumáticos da desgraça, da agitação e da ansiedade remanescentes do primeiro decênio após o final da Primeira Guerra Mundial, a *ur-catastrophe*¹ do século XX. Freud estava preocupado com os fundamentos antropológicos da civilização, a batalha entre Eros e a pulsão de morte. Ele não trata de traumatizações coletivas e suas conseqüências para o desenvolvimento cultural. A dada altura, contudo, toca brevemente nessa questão, ainda que apenas para afastar-se dela em seguida:

Por mais que nos retraíamos com horror de certas situações – a de um escravo de galé na Antigüidade, a de um cam-

ponês durante a Guerra dos Trinta Anos, a de uma vítima da Inquisição, a de um judeu à espera de um *pogrom*² –, para nós, sem embargo, é impossível nos colocarmos no lugar dessas pessoas – adivinhar as modificações que uma obtusidade original da mente, um processo gradual de embrutecimento, a cessação das esperanças e métodos de narcotização mais grosseiros ou mais refinados produziram sobre a receptividade delas às sensações de prazer e desprazer. Além disso, no caso da possibilidade mais extrema de sofrimento, dispositivos mentais protetores e especiais são postos em funcionamento. Parece-me improdutivo levar adiante esse aspecto do problema (1930/1962, p. 89).

Podemos apenas especular sobre como Freud teria escrito seu trabalho *O mal-estar na civilização* à luz das catástrofes do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial. Foi um longo percurso até que a comunidade psicanalítica tivesse condições de descrever e examinar as conseqüências extremamente traumáticas dessas catástrofes. Analistas se juntaram a outros pensadores em seu constante estado de aturdimento com relação aos crimes do Holocausto, o assassinio em massa quase industrializado do povo judeu e de outras minorias que está além dos limites da imaginação. Por essa razão, um longo tempo foi necessário para que os historiadores conseguissem identificar e delinear adequadamente a essência do nazismo: a destruição em massa de seres humanos. O historiador Dan Diner (1988, p. 7) escreve a respeito:

O que à primeira vista parece ser um estado moral puramente de aturdimento, mostra-se a um exame mais detalhado como uma ruptura fundamental com raízes mais profundas. O evento histórico Auschwitz abala camadas de certeza civilizada sobre os requisitos primários básicos nas relações interpessoais. A destruição em massa burocraticamente administrada e industrialmente executada foi a refutação de uma civilização cujos pensamentos e ações se pautam por uma racionalidade que presume um mínimo de confiança prévia. Uma confiança, socialmente em expansão, na regularidade so-

cial da vida e da sobrevivência foi transformada em seu oposto: a destruição em massa era uma certeza – a sobrevivência, no entanto, foi deixada ao acaso.

O pensamento histórico teve que abrir-se ao aspecto traumático dessa experiência do colapso da civilização. Dito de maneira genérica, a historiografia é uma estratégia cultural usada para emprestar significação histórica aos eventos e para ordená-los num contexto temporal mais amplamente significativo de passado e presente.

Imbricado no trauma extremo está o poder da destruição de sentido, que é parte da própria natureza do pensamento histórico. Com relação ao Holocausto e outras catástrofes genocidas, no entanto, os historiadores estão ocupados com a questão de como registrar adequadamente a experiência coletiva autêntica, de forma que o horror da experiência e o fato histórico chocantemente brutal e sem sentido do trauma não sejam subordinados a categorias históricas nas quais a realidade perturbadora do evento traumático acabe se dissolvendo. Como operar a transformação do passado para que o que está sob a forma de lembrança e memória tome o formato de *insight* científico, numa época em que o acesso ao testemunho direto está morrendo com a geração de vítimas e perpetradores? Como combater o perigo de que, assim, o traumático seja transformado em algo normal e que a natureza específica da experiência do nazismo se perca?

São essas as questões para as quais os historiadores buscam respostas, e para as quais os psicanalistas podem dar uma contribuição substancial. A ameaça representada pela normalização é encorajada por mecanismos de defesa específicos, aos quais todos nos sujeitamos quando em contato com traumas tão poderosos – seja como vítimas, expectadores, ouvintes, ou pensadores.

A seguir eu gostaria de fazer um breve resumo do que conhecemos dentro da psicanálise sobre traumatizações e seus efeitos retardados:

1) A realidade traumática ultrapassa a defesa do ego e seus recursos adaptativos e inevitavelmente causa um sentimento de desamparo, além de ansiedade automática e uma regressão a funções de ego arcaicas. A ansiedade rompe o escudo psíquico e inunda o organismo com quantidades inadministráveis de estímulos, mergulhando o ego em um estado de completo desamparo. O fato horrendo irrompe na vida do ser humano. O estímulo extremo esmaga a estrutura psíquica de sentido e produz uma indizível ansiedade automática. O trauma tende a ser repetido em *flashbacks*, pesadelos e sintomas. Tal repetição tem o caráter daquilo que não é entendido e que força a entrada, mas que igualmente constitui a tentativa do ego de obter um indício e de entrar num acordo com o que é incompreensível. O indivíduo traumatizado busca amestrar e mitigar o trauma puro, dando-lhe um nome e inserindo-o num sistema causal de ação que seja inteligível. É paradoxal que o

trauma seja na verdade incidental e estranho, porém, enquanto assim permanecer, ele será revivido e retornará em repetições súbitas sem que seja entendido. Pelo fato de não poder, de forma geral, viver sem explicações, o ser humano procura atribuir ao trauma um sentido individual e, assim, colocá-lo numa perspectiva histórica. Esses historicismos retroativos são, na maioria das vezes, lembranças encobridoras e, se essas puderem ser reconhecidas como tais, e a história autêntica ou mais verdadeira puder ser reconstruída, então a temporalidade poderá ser reaberta, e as dimensões de futuro, presente e passado poderão interagir dialeticamente (Baranger, 1988).

2) Sabemos hoje que, em casos de traumatização extrema, o processo de integração e historicismo do trauma freqüentemente fracassa. Os chamados “desastres fabricados pelo homem”, tais como o Holocausto, as guerras, a perseguição étnica e a tortura, buscam aniquilar a existência histórica e social do ser humano. Os psicanalistas franceses Davoine e Gaudillière enfatizam que, na experiência traumática, não é somente o tecido psíquico que é rasgado, mas também o social, no qual o psíquico está entrelaçado. Representações, confiança na sociedade, legitimações e ideais são todos reduzidos a nada. Portanto, não é possível integrar numa narrativa supra-ordenatória a experiência traumática com um ato idiossincrático; na verdade, é preciso ter, além de um ouvinte empático, um discurso social sobre a verdade histórica dos eventos traumáticos, bem como sobre a negação deles e sobre as barreiras defensivas contra isso. As vítimas são ao mesmo tempo testemunhas de uma determinada realidade histórica. O reconhecimento de causação e culpa é o principal responsável pela restauração da estrutura interpessoal e traz com ele a possibilidade de entender o trauma de maneira apropriada. É somente assim que o entendimento abalado do *self* e do mundo pode ser regenerado. Se as tendências defensivas prevalecem, no confronto social com um evento traumático, as vítimas não raro se sentem isoladas e bloqueadas, o que novamente solapa seu senso de segurança, tornando-os suscetíveis a retraumatizações, ou condena-os ao silêncio por não poderem esperar qualquer compreensão.

Aqui deparamos com a complexa relação entre experiência traumática e saber. Laub e Auerhahn (1993) descreveram que está na natureza do trauma blindar a psique contra o saber, porque ele excede e prejudica a capacidade humana de integrá-lo. O indivíduo traumatizado levanta uma defesa contra o conhecimento que possa vir a ter do trauma porque isso ameaça a restabelecida, embora frágil, integração psíquica. As lembranças traumáticas comunicadas, em muitos casos, trazem não as experiências perturbadoras em si, nas quais residem o terror, mas um desgosto e um horror inomináveis, além de medo avassalador, impotência e desamparo. Entrar em contato com elas pode acarretar uma ameaça de esmagar, de novo, o psiquismo do indivíduo traumatizado. Com freqüência, outros aspectos do

* Trabalho apresentado no ciclo de conferências “Pensando o trauma e a violência política”, organizado por Leopold Nosek em colaboração com a Diretoria Científica da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 5 e 6 de agosto de 2005.

** Psicanalista pela Associação Alemã de Psicanálise.

1 Catástrofe original, da qual derivaram todas as outras catástrofes do século XX.

2 Ataques organizados a grupos de judeus na Rússia. (N. T.).

evento global tomam o lugar delas, funcionando como lembranças encobridoras da experiência traumática real. A tentativa de evitar o confronto com a experiência traumática acontece não só entre aqueles diretamente traumatizados, mas também com todos aqueles que tomaram parte no trauma – como perpetradores, expectadores, ou até mesmo como testemunhas históricas mais afastadas. Em todas, o confronto retroativo com o trauma produz sentimentos poderosos de medo, dor, fúria, vergonha e culpa, contra os quais é levantada uma defesa que visa evitar a possibilidade de entrar em contato com isso. Para blindar-nos contra a confrontação de tais afetos, evitamos saber. Não querer saber é não apenas um fechar-se contra a percepção; é também um repúdio ativo. Dessa forma, lembrar e esquecer estão repetida e dinamicamente entrelaçados. Ademais, a lembrança de eventos particulares pode ser usada para reprimir outros aspectos traumáticos da realidade. Disso resultam múltiplas misturas de defesa e lembrança, que vão da supressão ativa e o completo esquecimento até o saber adiado, lembranças encobridoras e revivências. Assim, o encapsulamento afetivo, o processo de fantasiar e o reconhecimento da realidade histórica das catástrofes coletivas se entrelaçam não apenas com a memória individual, mas do mesmo modo com a memória coletiva e a confrontação política que com ela se dá. A vontade e a capacidade de lembrar misturam-se à resistência contra isso.

3) Chegamos por diferentes caminhos à significação psíquica central que a reconstrução da realidade traumática e de sua própria história autêntica tem para o indivíduo, e que a revelação da verdade histórica tem para as sociedades quando sobrevêm catástrofes coletivas. Estamos assim em face de uma das questões básicas da pesquisa psicológica sobre o trauma, a saber a discussão de como os eventos traumáticos são refletidos afetiva e cognitivamente nas memórias e nas estruturas mentais. Embora eu já o tenha mencionado antes, gostaria de mais uma vez discorrer sobre esse ponto controverso da pesquisa. Bessel Van der Kolk (1996), um pesquisador sobre trauma, adere inflexivelmente à tese de que eventos traumáticos se refletem de maneira objetiva na memória, como uma imagem. Ele postula a existência de uma memória traumática especial, na qual as lembranças são armazenadas de modo diferente das memórias autobiográficas. Por causa da estimulação extrema, as experiências traumáticas são codificadas especificamente na memória implícita como imagens visuais, uma doença afetiva, ou sensações somáticas (odores e ruídos, por exemplo), o que resulta na natureza não simbólica, inflexível e imutável das memórias traumáticas. Em geral, isso só consegue voltar à tona se estiverem presentes certos estímulos associados à cena traumática original, o que pressupõe uma correspondência exata entre memória autobiográfica implícita e ex-

plícita. A essência dessa concepção é que o trauma está estampado na memória com uma precisão ao mesmo tempo atemporal e literal. Poder-se-ia aqui falar de um entalhamento laciano da própria realidade ou de uma precisão imutável da memória, dando testemunho da existência de uma verdade histórica original e atemporal, que, sem ser alterada, é supradeterminada pelos esquemas cognitivos característicos de alguém ou de suas expectativas e fantasias inconscientes. Ruth Leys (2000, p. 7) argumentou que o significado autobiográfico simbólico é eliminado num processo que revela os fundamentos causais mecânicos de várias teorias contemporâneas do trauma.

Enquanto as memórias traumáticas encapsuladas não estiverem acessíveis, fica difícil – não só para os psicanalistas – lidar com a questão relativa àquilo que se pode extrair delas: um retrato confiável ou réplicas da situação traumática original? Brenneis (1998), por exemplo, enfatiza a correspondência imperfeita entre memória implícita e explícita. Os *flashbacks* também podem ser coloridos por influências sociais externas. Para Kapfhammer (2001), uma realidade externa traumática que ameaça gravemente ou até mesmo destrói a subjetividade pode detonar “endogenamente” um mundo de imagens à semelhança de uma psicose, o que então se torna parte da memória traumática. A clareza das imagens, portanto, não é necessariamente prova da objetividade histórica da realidade traumática da forma como ela é representada. Marion Oliner (1996) acredita que a teoria psicanalítica do trauma adota uma posição insustentável quando a precisão das memórias traumáticas leva a uma ênfase nos “eventos reais”, sem considerar o significado específico que a experiência representou para o indivíduo. Segundo Oliner, traumatizações graves são registradas separadamente das memórias normais, porém a realidade áspera dessas memórias é usada para fins defensivos, acima de tudo contra sentimentos de culpa induzidos pelo trauma.

Há algumas indicações, entretanto, de que experiências traumáticas são adicionalmente processadas pela mente, ainda que registradas em separado na memória. Melvin Lansky (1995) mostrou que pesadelos crônicos pós-traumáticos não são apenas memórias e repetições afetivamente carregadas de cenas traumáticas, no sentido de puros *flashbacks*; eles também estão sujeitos ao trabalho de elaboração do sonho.³ Esses estudos dão suporte à premissa inicial do psicanalista de que as experiências traumáticas, assim como seus traços mentais e memórias distintos, são, quando comparados ao material mental em geral, sujeitos a limitações e operações psicodinâmicos específicos, embora não sejam removidos em sua totalidade da corrente de outras ocorrências mentais e da supradeterminação por fantasias conscientes e inconscientes. O modelo simples de

um trauma como uma intrusão repentina de algo de fora se prova insuficiente para explicar a traumatização psíquica. Laplanche (1970) enfatizou que, já para Freud, o trauma psíquico poderia, diferentemente de outras experiências, não se definir por uma característica geral da psique. Em vez disso, o trauma era visto como um tipo de “externo interno” que tomava forma como se fosse um “espinho na carne”. Essa estrutura mental do trauma – que é diferente das de outros tipos de funcionamento psíquico – tem como consequência uma transformação em algo de “dentro” que é isolado e bloqueado e que não sofre a depreciação normal operada pelo processo de repressão. Ela se torna, por conseguinte, uma fonte contínua de estimulação livre e não ligada por associações. Além disso, existem ainda outros tipos modificados de funcionamento em áreas mentais traumáticas isoladas, muito semelhantes a corpos estranhos. Gostaria de mencionar brevemente os seguintes: regressão a uma onipotência infantil para defender-se contra o desamparo; sentido de tempo congelado como consequência da traumatização, bem como parada inconsciente do tempo, o que prejudica o sentido de tempo de vida do indivíduo; proeminência de uma fusão *self*-objeto como o cerne da experiência traumática.

Não entrarei em maiores detalhes sobre as operações mentais específicas em regiões traumáticas isoladas. Elas servem tão-somente para ilustrar o que eu quis dizer com transformação mental de memórias traumáticas. Estou assumindo aqui uma posição intermediária na oposição entre a visão dos pesquisadores empíricos sobre trauma, que postulam a existência de uma réplica exata da experiência traumática na memória, e as explicações psicanalíticas, que buscam entender o trauma apenas dentro do enquadramento da realidade psíquica em geral.

Tal posição intermediária requer grande urgência quanto à avaliação da possibilidade ou não de uma reconstrução terapêutica de eventos traumáticos. Desvendar a realidade de um trauma – ou seja, seu historicismo, não importa quão fragmentado ou aproximado ele possa ser – é a condição para iluminar e entender o seu processamento secundário e sua supradeterminação por meio de fantasias inconscientes e de significados carregados de sentimentos de culpa e de tendências à punição. Quando na terapia vêm à tona as narrativas do trauma através da análise e da interpretação da transferência e da contratransferência, sem que se tente reconstruir a realidade traumática que o causou, há um risco de não separar a fantasia da realidade e, no pior dos casos, de retraumatizar o paciente.

4) As traumatizações extremas estão além da capacidade psíquica do indivíduo traumatizado de processá-las mentalmente, o que permite que elas se intrometam na vida dos filhos dele e criem conflitos de geração específicos. Já se estudou esse ponto em detalhes, sobretudo mediante o tratamento psicanalítico de filhos de sobreviventes do Holocausto. Entre aqueles pais que buscaram defesas con-

tra sua traumatização maciça pela negação ou pela derealização de suas experiências traumáticas, inconscientemente os filhos registraram o que foi sofrido, processaram as indicações com sua própria imaginação e atuaram essas fantasias no mundo externo. Esses filhos viveram duas realidades: a deles mesmos e aquela da história traumática de seus pais. Os processos de identificação da segunda geração dos sobreviventes do Holocausto foram intensivamente estudados e descritos. Resumirei a seguir suas características mais importantes.

a) A identificação não acontece apenas com a figura ou com as qualidades do pai ou da mãe; mais do que isso, trata-se de um tipo de identificação com uma história que antedata o filho. Faimberg (1985/2005) caracteriza esse tipo de identificação como *télescopia*, isto é, um “condensamento ou telescopia” de três gerações.

b) O filho se identifica totalmente com os pais, porém essa identificação também é forçada nele pelos pais, que precisam da criança para regular seu equilíbrio narcísico precário. Quando a história de um outro é projetada sobre o filho e a criança se identifica com isso, ela experimenta um sentimento de alienação de parte de seu *self*. Tais identificações não podem ser assimiladas no *self*; em lugar disso, constituem um corpo estranho. Abraham e Torok (1979) se referem a isso como “identificação endocrítica”.

c) Essa identificação inconsciente, a qual, entretanto, não brota da repressão, mas sim da empatia direta com o inconsciente ou com as experiências silenciadas de um objeto parental, pode ser caracterizada como um segredo ou um “fantasma” (Abraham, 1991) que se implantou dentro do inconsciente dinâmico da criança. O que se revela é que seus sentimentos e ações foram tomados de empréstimo e, na verdade, fazem parte da história dos pais.

d) Uma característica é a relação específica entre o tempo e a experiência de temporalidade. Pelo fato de esses filhos viverem duas realidades e de as fronteiras entre as gerações estarem mescladas, o passado dos pais está misturado ao presente dos filhos. Como consequência, tem-se uma confusão parcial da identidade, ou o sentimento de uma identidade fragmentada. Falta quase sempre aos membros dessa geração um sentido do próprio tempo de vida.

5) No tratamento psicanalítico dos filhos da geração de criminosos nazistas na Alemanha, temos visto que mecanismos semelhantes de transmissão transgeracional de traumatizações históricas estão operando similarmente. Os filhos dos perpetradores também se tornaram portadores de um segredo que brota de um pacto de silêncio por eles sentido e ao qual inconscientemente aderiram pela identificação. Mas, neste caso, outros segredos e uma história diferente permearam silenciosamente, até mesmo tiranicamente, a realidade psíquica dos descendentes. As histórias não contadas, silenciadas, deram origem ao maior dos efeitos intergeracionais. Foi sobretudo após 1968 que alguns membros da segunda geração na Alema-

3 O medo não apenas domina os pesadelos; ele também pode ter um significado defensivo, atrás do qual se escondem sentimentos de vergonha e danos narcísicos, bem como desejos de reparação e integridade.

nhã começaram a lançar ataques pesados contra a geração de seus pais e a revelar o envolvimento deles com o regime nazista. A ilusão de uma vida inteira dessa geração, que muitas vezes se apresentou como vítima, acabou sendo desmascarada, e as verdadeiras vítimas e os crimes perpetrados contra elas foram resgatados do esquecimento. Os filhos procuraram distinguir-se claramente de seus pais, ao mesmo tempo que reprimiam ou negavam aquelas partes que se identificavam com eles. A origem e a identificação com o pai foram substituídas pela identificação com as vítimas ou com os pais judeus ou outros pais intelectuais idealizados, tais como Karl Marx, Sigmund Freud, Wilhelm Reich, ou Mão Tsé-Tung. Esse tipo de contra-identificação tornou-se um elemento constitutivo da identidade de muitos membros dessa geração.

A mistura de trabalho de memória e de mecanismos de defesa tornou-se visível também em outros pontos. A confrontação pública com a geração do pai muitas vezes se deteve ao chegar na própria família, cujos tabus foram respeitados. Com frequência, a ligação entre filhos e pais exigiu que não se questionasse o tabu dos pais e que, além disso, se prestasse respeito a ele. Como consequência, deu-se uma cisão entre a imagem do pai da infância e aquela do pai como criminoso. Esta última foi negada ou derealizada, resultando num compromisso entre ideal-de-ego e superego. A incapacidade de questionar prejudicou a formação transgeracional da identidade, bem como a capacidade dessas crianças de internalizar criticamente ideais e valores e, por sua vez, a de, mais tarde na vida, a discutir crítica e abertamente com seus próprios filhos (a terceira geração) a era nazista, valores e ideais.

O que essa geração perdeu de vista foi uma reflexão sobre sua história, a qual não foi completamente absorvida pelas identificações com a geração dos pais. A história dessa geração, que na infância viveu a experiência do Nacional-Socialismo e a guerra, permaneceu como terra desconhecida, escotomizada até hoje. Há com certeza diversas razões que explicam por que ela mal pôde dar voz às próprias experiências. O silêncio e a recusa, por parte da geração de perpetradores, em tomar a responsabilidade por, e em falar sobre, seus atos levaram muitos membros da geração seguinte a identificar-se com essa tarefa: daí emergiu o adiamento de tarefas geracionais. À vista do sofrimento das vítimas reais, no entanto, muitos membros da segunda geração se calaram a respeito de suas experiências, de tal forma que não lograram falar sobre sua história e suas traumatizações. E as dificuldades em abandonar a sombra dos pais e assimilar a própria experiência em uma identidade histórica e política específica, tanto individual como de geração, ainda estão sendo enfrentadas. Foi só bem recentemente que os membros dessa geração, que hoje têm entre sessenta e setenta anos de idade, começaram a recordar e a falar sobre suas experiências como crianças durante a guerra. Isso requer igualmente uma discussão pública sobre as

experiências dos filhos durante a catástrofe da Segunda Guerra Mundial. Tais discursos, e as narrativas que deles resultam, ajudam o indivíduo não apenas a abrir regiões antes encapsuladas de memória, como também a entender a própria história e a quebrar a compulsão à repetição.

Alinhavei aqui alguns achados importantes no estudo do trauma, recordação e memória coletiva – bem como dos conflitos geracionais específicos envolvidos –, para demonstrar como catástrofes coletivas duradouras modelam uma civilização e como elas não raro o fazem de uma maneira particular, mais sob a superfície do que no discurso aberto para as gerações vindouras. A reconstrução de um trauma coletivo, e a revelação da repressão e da negação, não seguem uma linha reta; seguem, sim, um curso cuja forma é semelhante à das ondas, com altos e baixos. A disposição e a capacidade de recordar, e as defesas contra tais lembranças, estão entrelaçadas. Fazendo vir à tona, repetida e subitamente, os fatos, a história coletiva deve ser trabalhada várias vezes, discursiva e publicamente, até que a verdade seja reconhecida. Encontramos assim em operação uma estrutura complexa de relações, com frequência em competição, entre as lembranças individuais e coletivas de vários grupos sociais e aquelas que são oficialmente sancionadas pelo Estado. Elas podem se reforçar mutuamente, porém a resistência coletiva, ou a supressão pelo Estado, podem também impedir – senão distorcer ou até mesmo destruir – a capacidade de recordar do indivíduo ou das minorias sociais.

Tradução: Márcia Mendes Dancini

Referências

- Abraham, N. (1991). Aufzeichnungen über das Phantom: Ergänzung zu Freuds Metapsychologie. *Psyche*, 45, 691-698.
- Abraham, N., & Torok, M. (1979). *Kryptonymie: Das Verbarium des Wolfsmanns*. Frankfurt: Ullstein.
- Baranger, M., Baranger, W., & Mom, J. (1988). The infantile trauma from us to Freud: Pure trauma, retroactivity and reconstruction. *International Journal of Psychoanalysis*, 69, 113-128.
- Brenneis, B. C. (1998). Gedächtnissysteme und der psychoanalytische Abruf von Traumaerinnerungen. *Psyche*, 52, 801-823.
- Diner, D. (1988). Vorwort des Herausgebers. In D. Diner (Org.). *Zivilisationsbruch: Denken nach Auschwitz* (pp. 7-13). Frankfurt: Fischer.
- Faimberg, H. (2005). The telescoping of generations: A genealogy of alienated identifications. In H. Faimberg. *The telescoping of generations: Listening to the narcissistic links between generations* (pp. 4-18). London: Routledge. (Trabalho original publicado em 1985).
- Freud, S. (1962). Civilization and its discontents. *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 64-145). (Trabalho original publicado em 1930).
- Kapfhammer, H. P. (2001). Trauma and Dissoziation: Eine Neurobiologische Perspektive. *Persönlichkeitsstörungen*, 5, 4-27. (Sonderband)
- Lansky, M. R. (1995). *Post-traumatic nightmares: Psychodynamic explorations*. Hillsdale: Analytic Press.

Laplanche, J. (1970). *Leben und Tod in der Psychoanalyse*. Freiburg: Walter-Verlag.

Laub, D., & Auerhahn, N. (1993). Knowing and not knowing massive psychic trauma: Forms of traumatic memory. *International Journal of Psychoanalysis*, 74, 287-302.

Leys, R. (2000). *Trauma: A genealogy*. Chicago: Chicago University Press.

Olinier, M. M. (1996). Äußere Realität: Die schwer faßbare Dimension der Psychoanalyse. *Jahrbuch der Psychoanalyse*, 37: 9-43.

Rüsen, J. (2001). *Zerbrechende Zeit: Über den Sinn der Geschichte*. Köln: Böhlau Verlag.

Van der Kolk, B., McFarlane, A., & Weisaeth, L. (Orgs.) (1996). *Traumatic stress: The effects of overwhelming experience on mind, body, and society*. New York: Guilford Press.

Resumo

Com o advento das catástrofes do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial, tornou-se um imperativo social a não-sujeição da experiência desse “colapso da civilização” a um processo de normalização histórica que ameaçasse dissolver seu núcleo traumático. A teoria psicanalítica do trauma pode trazer uma contribuição, no sentido de tratar do problema no que diz respeito ao modo como os “desastres fabricados pelo homem” ficam âncoras na memória coletiva. Este texto trata, em particular, das consequências específicas dos traumas e dos mecanismos de defesa afetivos envolvidos na confrontação com a reconstrução dos feitos dos perpetradores e das experiências traumáticas das vítimas. Traumas assim poderosos também entram na vida das gerações seguintes, por intermédio de processos particulares de identificação dos filhos com a experiência traumática dos pais. Dessa forma, catástrofes coletivas deixam sua marca em uma civilização por várias gerações.

Palavras-chave

Civilização. Memória coletiva. Trauma.

Summary

Extreme trauma, the civilization collapse and the long-term consequences for individuals and societies

In the wake of the catastrophes of the Holocaust and World War II, it has become a social imperative that the experience of this “collapse of civilization” not be subjected to a process of historical normalization that would threaten to dissolve its traumatic core. Psychoanalytic trauma theory can make a contribution toward addressing the problem of how “man-made disasters” become anchored in collective memory. This paper addresses particularly the specific consequences of traumas and the affective defense mechanisms involved in the confrontation with the reconstruction of the deeds of the perpetrators and the traumatic experiences of the victims. Such massive traumas also enter into the lives of following generations. This occurs via particular processes of identification in children with the traumatic experience of their parents. In this way, collective catastrophes leave their mark on a civilization for several generations to come.

Key-words

Civilization. Collective memory. Trauma.

Werner Bohleber
Kettenhofweg 62
60325 – Frankfurt – Germany
Tel.: 49 69 9720-2817
wbohleber@compuserve.com